



www.LeisMunicipais.com.br

DECRETO Nº 380/2021

"Regulamenta as disposições do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quanto a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e Declaração Eletrônica do ISSQN, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Catas Altas, Estado de Minas Gerais, usando as atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando a lei complementar 186 de 25 de outubro de 2005, que dispõe sobre o código tributário municipal, em observação à Legislação Nacional e Municipal, bem como em consonância com o artigo 4º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1.990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC), DECRETA:

Art. 1º Fica, por este decreto, regulamentada a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e a Declaração Eletrônica do ISSQN, de existência exclusivamente digital, que deverá ser gerado, armazenado e apresentado eletronicamente à Administração Tributária, por meio do uso da Tecnologia da Informação, tendo como objetivo registrar as operações relativas à prestação e contratação de serviços.

§ 1º A geração da NFS-e e a Declaração Eletrônica do ISS somente se dará através dos serviços informatizados disponibilizados pelo município de Catas Altas na Internet no endereço [HTTP://www.catasaltas.mg.gov.br](http://www.catasaltas.mg.gov.br), sendo vedada a utilização de outro meio não previsto neste decreto.

TÍTULO I DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

CAPÍTULO 1 DOS CONTRIBUINTES OBRIGADOS

Art. 2º As pessoas físicas e jurídicas, prestadoras de serviços, contribuintes do ISSQN, ainda que optante pelo regime previsto na lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, denominado Simples Nacional, independente da incidência do ISS sobre os serviços executados, inscritas no Cadastro de Contribuintes, do município de Catas Altas, emitirão a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), utilizando-se da Tecnologia da Informação e de Certificado Digital, quando necessário, obtido através de Autoridade Certificadora da ICP-Brasil.

§ 1º Os contribuintes referidos no caput do artigo são aqueles enquadrados nos subitens da lista de serviços, tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), constantes no anexo I da lei complementar 186 de 25 de outubro de 2005.

§ 2º A legislação e os manuais poderão ser obtidos através de Download no portal do Município na Internet.

Art. 3º Os prestadores de serviços especificados no artigo 2º, poderão optar pela geração da NFS-e de forma espontânea, independentemente de qualquer notificação fiscal emitida pela Prefeitura de Catas Altas.

CAPÍTULO 2 DOS CONTRIBUINTES DISPENSADOS DA OBRIGAÇÃO

Art. 4º Ficam dispensados da geração da NFS-e, os contribuintes:

I - Cujo lançamento do ISSQN é efetuado de ofício pela Autoridade Administrativa;

II - Cujos serviços são executados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, mediante remuneração, sem deferi-los a terceiros;

III - Cujos serviços sejam prestados por sociedades de profissionais com trabalho pessoal do próprio contribuinte;

IV - Que estejam enquadrados em Regime Especial de Tributação;

V - As instituições financeiras, bancos comerciais e cooperativas de crédito, ficando, porém, obrigadas a prestar as informações requeridas em módulo específico do programa eletrônico, declarando a receita bruta e detalhando-a por conta analítica, nos moldes do Capítulo 4 do Título II deste Decreto;

VI - Os cartórios notariais e de registro, ficando, porém, obrigados a declarar todos os atos praticados informando código e valor;

VII - Os contribuintes em regime de estimativa que ficam obrigados a declarar os serviços prestados.

§ 1º A dispensa a que se refere o caput não se aplica aos contribuintes que já emitem nota fiscal de serviços podendo o contribuinte requerer a dispensa que ficará sujeita à análise e posterior decisão do município.

§ 2º As disposições contidas neste artigo não excluem a obrigatoriedade dos contribuintes citados no caput de fornecerem a NFS-e aos tomadores dos seus serviços que a solicitarem expressamente.

CAPÍTULO 3 DOS DEMAIS CONTRIBUINTES

Art. 5º Os prestadores de serviços que não estão obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), deverão continuar emitindo os documentos fiscais e os escriturando em conformidade com a legislação tributária municipal.

CAPÍTULO 4 DO MÉTODO PARA O INGRESSO

Art. 6º Para o ingresso na metodologia de geração de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), os contribuintes especificados no Capítulo 1, devem exercer a atividade econômica descritas na no Anexo I da lei complementar 186 de 25 de outubro de 2005 e alterações.

§ 1º Ficam excluídas da utilização da NFS-e as Pessoas Jurídicas de Direito Público e Privado que exerçam as atividades vetadas contidas no anexo I da lei complementar 186 de 25 de outubro de 2005 e suas

alterações.

§ 2º Os contribuintes não obrigados ou dispensados e que fizerem opção, espontaneamente, pela geração da NFS-e, deverão executar os procedimentos administrativos necessários para o ingresso na forma da legislação tributária municipal.

§ 3º O ingresso na nova metodologia, ainda que por opção do contribuinte, estará sujeita a análise e autorização da Autoridade Administrativa nos termos da legislação tributária municipal.

Seção 1

Da Solicitação de Acesso ao Sistema e Dos Documentos Necessários Para Análise

Art. 7º O acesso ao sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), para geração de NFS-e, deve ser requerida mediante o preenchimento da solicitação de acesso ao sistema, disponível na internet, no endereço [HTTP://www.catasaltas.mg.gov.br](http://www.catasaltas.mg.gov.br).

Art. 8º Após o preenchimento, deverão ser anexados os seguintes documentos:

I - Cópia do contrato social atualizado, quando for o caso;

II - Cópia do cartão CNPJ atualizado, quando for o caso;

III - Cópia da inscrição estadual atualizada, quando for o caso;

IV - Cópia do comprovante de endereço do estabelecimento;

V - Cópia de declaração da receita bruta total com a prestação de serviço, dos últimos 13 meses anteriores ao mês da solicitação de acesso citada no caput deste artigo, destacados mês a mês;

VI - Consulta impressa quanto a opção ao Simples Nacional.

§ 1º Os documentos citados nos incisos de I a VI deste artigo poderão ser apresentados em cópias simples, pelo próprio contribuinte, acompanhadas do documento original para conferência dos dados, no ato do requerimento.

§ 2º Após protocolada, a autoridade administrativa, no prazo de até 10 (dez) dias, analisará a solicitação e os documentos constantes nos incisos deste artigo, atualizará o Cadastro de Contribuintes e fará o deferimento ou indeferimento da solicitação.

§ 3º Os contribuintes em início de atividade, após publicação deste Decreto, estão dispensados da entrega dos documentos citados nos incisos I a VI deste artigo.

§ 4º Os prestadores que já estiverem emitindo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) antes da publicação deste Decreto estão dispensados da apresentação dos documentos citados nos incisos de I a VI deste artigo.

Art. 9º A solicitação prevista na Seção 1 do Capítulo 4, uma vez deferida, será irretratável.

Parágrafo único. Depois de deferido, os contribuintes especificados no capítulo 1, do título I, iniciarão a geração da NFS-e imediatamente após o deferimento da autorização.

CAPÍTULO 5
DO INGRESSO

Art. 10. O sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) estará disponível aos contribuintes obrigados, especificados no Capítulo 1, a partir de 1º de janeiro de 2021 em substituição ao método utilizado anteriormente, devendo a geração de Nota Fiscal Eletrônica ocorrer somente neste ambiente.

CAPÍTULO 6

Do módulo gerador de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)

Seção 1

Das Funcionalidades Disponíveis Aos Prestadores e Tomadores de Serviços

Art. 11. O sistema de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) contempla duas soluções:

§ 1º A solução on-line será disponibilizada no site do município, contemplando as seguintes funcionalidades:

I - Geração de nota fiscal de serviço eletrônica, sendo este um processo síncrono;

II - Recepção e processamento de lote de RPS, sendo este um processo assíncrono;

III - Envio de lote de RPS síncrono;

IV - Cancelamento de NFS-e, sendo este um processo síncrono;

V - Substituição de NFS-e, sendo este um processo síncrono;

VI - Emissão da carta de correção, sendo este um processo síncrono;

VII - Cancelamento da carta de correção, sendo este um processo síncrono;

VIII - Consulta de NFS-e por RPS, sendo este um processo síncrono;

IX - Consulta de lote de RPS, sendo este um processo síncrono;

X - Consulta de NFS-e dos serviços executados, contratados ou intermediados, sendo este processo síncrono;

XI - Consulta por faixa de NFS-e, sendo este um processo síncrono;

XII - Consulta de empresas autorizadas a emitir NFS-e, sendo este um processo síncrono;

XIII - Manifesto da NFS-e recebida pelo tomador e/ou intermediário do serviço.

§ 2º A solução Web Service será disponibilizada pelo município e permite integrar os sistemas tecnológicos instalados nas dependências dos prestadores e dos tomadores de serviços com a solução citada no §1º deste artigo.

§ 3º O acesso a solução citada no §2º se dará por meio da indicação de usuário e senha ou por meio do certificado digital, padrão ICP-Brasil, emitido por entidade certificadora.

Seção 2
Da Geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 12. A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), pelos contribuintes obrigados, especificados no capítulo 1, é indispensável em qualquer prestação de serviços, sejam para tomadores pessoas físicas ou tomadores pessoas jurídicas de direito privado ou público, interno ou externo, ainda que não haja incidência do ISS.

Parágrafo único. A geração a que se refere o caput será feita no portal do município ou via Web Services disponibilizados na Internet através do endereço [HTTP://www.catasaltas.mg.gov.br](http://www.catasaltas.mg.gov.br).

Art. 13. Os contribuintes obrigados, especificados no Capítulo 1 do Título I deste Decreto, que estiverem enquadrados:

I - Em uma das alíneas deste inciso deverão gerar no mínimo uma NFS-e por mês com o total da receita bruta, considerando os serviços executados e o subitem correspondente, sendo facultativa a observação das regras contidas no artigo 14:

- a) serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres;
- b) serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres;
- c) serviços funerários.

II - Em uma das alíneas deste inciso, existindo a prestação de serviço, deverão gerar, no mínimo uma NFS-e por mês com o total da receita bruta, considerando os serviços executados e o subitem correspondente, devendo observar o descrito no Art. 14:

- a) serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza;
- b) serviços de ourivesaria e lapidação.

III - Em uma das alíneas deste inciso, existindo a prestação de serviço, deverão gerar, no mínimo uma NFS-e por dia com o total da receita bruta, considerando os serviços executados e o subitem correspondente, sendo facultativa a observação das regras contidas no artigo 14:

- a) serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia;
- b) serviços de exploração de rodovia;
- c) motéis.

IV - Deverão gerar a NFS-e no primeiro dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo;

V - Deverão indicar como Data do Serviço o último dia do mês que os serviços foram executados, nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo;

VI - Deverão gerar a NFS-e no dia seguinte ao da execução do serviço, nos casos previstos no inciso III deste artigo;

VII - Deverão indicar como Data do Serviço a data efetiva da execução do serviço, nos casos previstos no inciso III deste artigo;

VIII - As disposições contidas neste artigo não excluem a obrigatoriedade dos contribuintes citados no

caput de fornecerem NFS-e aos tomadores dos seus serviços que a solicitarem expressamente.

IX - Os contribuintes não abrangidos neste artigo deverão gerar NFS-e de forma habitual conforme legislação tributária municipal.

Art. 14. A identificação do tomador dos serviços é obrigatória quando da emissão da NFS-e, salvo as exceções previstas neste decreto.

Art. 15. A Base de Cálculo do ISSQN somente poderá ser reduzida nas situações previstas na legislação tributária do município de Catas Altas, nestas situações o valor deduzido deverá ser destacado no campo "Dedução", no ato da emissão da NFS-e, devendo o prestador de serviço observar as exigências jurídicas quanto a comprovação da dedução da base de cálculo.

Art. 16. A alíquota do ISSQN é definida pela legislação municipal e pela legislação do Simples Nacional, será permitida a sua alteração quando o ISSQN for devido a outro município e o prestador não for optante pelo Simples Nacional.

Art. 17. A NFS-e deverá ser impressa em via única e entregue ao tomador do serviço, exceto quando a NFS-e, por solicitação do tomador do serviço, for encaminhada por e-mail, ainda que a NFS-e tenha sido gerada a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviço (RPS), segundo a legislação de que trata do assunto.

Art. 18. Todos os serviços executados deverão constar na NFS-e, não sendo permitido o agrupamento dos itens e subitens, constantes no Anexo I da lei complementar 186 de 22 de outubro de 2005, em uma única NFS-e.

Art. 19. Depois de gerada a NFS-e, não será permitida a sua alteração e sim somente o seu cancelamento ou a sua substituição.

Art. 20. Caso o ISSQN seja devido para mais de um município o prestador do serviço deverá emitir uma NFS-e para cada um dos municípios.

Seção 3 Dos Serviços da Construção Civil

Art. 21. Quando o serviço executado pelo prestador se referir a serviço de construção civil, considerar-se-á como local do estabelecimento o local da obra e a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) deverá ser gerada de acordo com o local da obra.

§ 1º O contribuinte, após discriminar todos os detalhes relativo ao serviço executado, deve destacar no campo "Descrição", o número da nota fiscal de mercadorias, o CPF/CNPJ e a Inscrição Estadual do contribuinte que emitiu a referida nota fiscal de mercadoria, e o endereço completo onde será utilizada as mercadorias.

§ 2º Não será permitido reaproveitar a nota fiscal de mercadoria, ora destacada em uma nota fiscal de serviços emitida, salvo nos casos quando houver comprovação da possibilidade da aplicação dos materiais em mais de uma obra.

§ 3º São solidariamente responsáveis pelas informações relativas a cada obra o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador, a construtora, o responsável pela obra e os subempreiteiros.

CAPÍTULO 7
DA COMPOSIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 22. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) conterá todos os dados que identifiquem o município, o prestador do serviço e o tomador do serviço e/ou o intermediário do serviço, bem como os dados relativos ao serviço executado, o valor total da nota fiscal, a base de cálculo e o valor do ISS e demais informações complementares.

Art. 23. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) não possuirá seriação e sim apenas o tipo de documento "NFS-e".

Art. 24. Cada um dos contribuintes obrigados, especificados no Capítulo 1 terão a numeração da NFS-e iniciada pelo número 1.

Parágrafo único. A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema, em ordem numérica crescente e sequencial, sendo específico para cada contribuinte citado no Capítulo 1.

Art. 25. O documento auxiliar da NFS-e, conforme modelo disponibilizado pelo sistema no ato da sua impressão deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:

I - A logomarca e os dados cadastrais do contribuinte;

II - A data da execução do serviço, o número e o código verificador da NFS-e;

III - O brasão do município e seus dados;

IV - A data da geração da NFS-e, a natureza da operação e o município onde o ISS é devido;

V - Os dados cadastrais de quem contrata o serviço:

a) CPF ou CNPJ, inscrição estadual, quando possuir cadastro de contribuinte no estado, e inscrição municipal, quando possuir cadastro de contribuinte no município;

b) nome ou razão social;

c) nome fantasia, quando for o caso;

d) endereço completo, bairro e CEP;

e) cidade;

f) estado;

g) telefone;

h) número de identificação fiscal (NIF).

VI - Intermediário do serviço, quando for o caso;

VII - Identificação do(s) serviço(s) executado(s):

a) subitem constante na lista de serviços da lei complementar nacional 116/2003 e sua descrição;

b) descrição dos serviço(s) executado(s);

c) valor total;

d) alíquota aplicada sobre a base de cálculo, ainda que o contribuinte seja optante pelo Simples Nacional de acordo com a legislação municipal ou do Simples Nacional;

e) valor do imposto;

f) e indicação de retenção na fonte, quando for o caso.

VIII - Base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas;

IX - Base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas com retenção na fonte;

X - Valor total do ISS;

XI - Valor das deduções e/ou descontos incondicionados;

XII - Valor total da NFS-e e valor líquido da NFS-e;

XIII - Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS), cujo preenchimento é opcional;

XIV - Informações adicionais.

a) cadastro específico do INSS (CEI) e anotação de responsabilidade técnica (ART) quando o serviço executado referir-se a construção civil.

Seção 1

Da Impressão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica no Estabelecimento do Prestador de Serviço

Art. 26. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser impressa pelo sistema de gestão instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, a partir do arquivo XML (Extensible Markup Language) gerado após emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) pelo sistema NFS-e disponibilizado pela Prefeitura, devendo o prestador:

§ 1º Utilizar, na íntegra, o modelo da NFS-e vigente disponível no sistema NFS-e instalado nas dependências da Prefeitura, sendo opcional o uso do código de barras.

§ 2º Imprimir todas as informações contidas no arquivo XML nos espaços reservados, conforme modelo citado no §1º, deste artigo, principalmente o número da NFS-e, o código verificador gerado pelo sistema NFS-e da Prefeitura e as demais informações.

§ 3º Solicitar à Prefeitura aprovação do modelo ora desenvolvido no sistema de gestão, instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, mediante processo administrativo, aguardando respostas oficiais da Prefeitura para utilizar o modelo.

§ 4º Atualizar periodicamente o modelo ora utilizado no sistema de gestão, instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, em consonância com o modelo disponibilizado pelo sistema NFS-e da Prefeitura, e neste caso, submeter a nova aprovação à Prefeitura, conforme §3º, deste artigo.

§ 5º Imprimir ao final do documento, no espaço destinado ao prestador e no espaço destinado ao tomador, a expressão "DOCUMENTO IMPRESSO PELO SISTEMA DE GESTÃO INSTALADO NAS DEPENDÊNCIAS DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR".

CAPÍTULO 8

DO CANCELAMENTO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 27. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser cancelada pelo emitente em até 3 (três) dias a partir da data de emissão.

§ 1º Após o período citado no caput do artigo, a NFS-e deverá ser cancelada por processo administrativo

no qual deverá constar:

I - Cópia de documento, com foto, do contribuinte ou representante;

II - Requerimento assinado pelo contribuinte ou representante com procuração, detalhando o motivo pelo qual o cancelamento está sendo solicitado;

III - Indicação do número da NFS-e a ser cancelada;

IV - Declaração expressa do tomador do serviço de que a prestação de serviço da NFS-e a ser cancelada não ocorreu, informando o motivo.

§ 2º Tratando-se de Pessoa Jurídica e sendo o requerente o responsável, deverá ser apresentado documento legal que comprove o vínculo.

§ 3º No ato do requerimento serão apresentados os documentos originais para a conferência dos dados.

§ 4º No caso de descumprimento dos parágrafos supracitados o pedido poderá ser indeferido.

CAPÍTULO 9 DA SUBSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 28. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser substituída pelo emitente em até 7 (sete) dias contados da data de emissão.

Parágrafo único. Após o período citado no caput do artigo, a NFS-e deverá ser cancelada, nos termos do Capítulo 8, e uma nova NFS-e deverá ser emitida.

Art. 29. Quando se tratar de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) substitutiva, deverá constar o número da NFS-e substituída.

CAPÍTULO 10 DO RECIBO PROVISÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 30. No caso de eventual impedimento da geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), pelos contribuintes obrigados, especificados no capítulo 1, este deverá emitir, em caráter provisório, um Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS), conforme modelo descrito no anexo I deste decreto, que deverá ser substituído pela geração de uma NFS-e, no prazo estabelecido pela legislação.

Art. 31. O RPS deverá conter as seguintes informações:

I - Número, data da emissão do RPS e data do serviço;

II - Natureza da operação;

III - Dados cadastrais e endereço completo do prestador do serviço;

IV - Dados cadastrais e endereço completo do tomador do serviço;

V - Estado e município onde o serviço foi executado;

VI - Subitem da lista de serviços, na forma da legislação, descrição do serviço executado, preço unitário,

valor total valor da dedução, valor do desconto incondicionado e indicação de retenção na fonte do ISS;

VII - Destaque dos valores do PIS, da COFINS, da contribuição do INSS, do imposto de renda, da CSLL, outras retenções não especificadas e desconto condicionado;

VIII - Cadastro específico do INSS (CEI) e anotação de responsabilidade técnica (ART), quando for o caso;

Art. 32. O RPS seguirá o modelo descrito no Anexo I e deverá ser previamente autorizado pela Administração Tributária, mediante solicitação do contribuinte em processo administrativo.

§ 1º O documento previsto no caput será impresso tipograficamente, em modelo de talonário ou formulário contínuo, devendo ser preenchido manualmente ou pelo sistema de gestão administrativa, instalado nas dependências do prestador, ambos conterão todas as informações necessárias à conversão do documento em NFS-e, devendo ser emitido em 2 vias, sendo a 1ª via destinada ao tomador dos serviços e a 2ª via arquivada pelo contribuinte e ficará à disposição da Administração Tributária.

§ 2º Deverão ser impressas tipograficamente as informações do prestador do serviço e o número do recibo de acordo com a sequência autorizada pela Administração Tributária.

§ 3º É facultativo a impressão do RPS, aos prestadores que optarem pelo envio dos dados necessários à geração da NFS-e ao sistema da NFS-e através de arquivo XML (Extensible Markup Language) por intermédio do Portal do município na Internet ou WEB SERVICE, desde que o envio dos dados em arquivo XML respeite o prazo previsto no artigo 36.

§ 4º Na hipótese do §3º, do artigo 33, deverá constar o número do RPS no arquivo XML, em conformidade com a sequência autorizada pela Administração Tributária em processo administrativo.

Art. 33. O RPS deve ser emitido com a data efetiva da prestação dos serviços.

CAPÍTULO 11

DA GERAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS A PARTIR DO RECIBO PROVISÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 34. A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS).

§ 1º Dar-se-á mediante a geração da NFS-e na Internet, no endereço [HTTP://www.catasaltas.mg.gov.br](http://www.catasaltas.mg.gov.br), indicando ao sistema de NFS-e o número e a série do RPS, e os demais dados necessários à geração da NFS-e;

§ 2º Dar-se-á, alternativamente, com o envio de arquivo contendo lotes de RPS à NFS-e, disponível na Internet, no endereço [HTTP://www.catasaltas.mg.gov.br](http://www.catasaltas.mg.gov.br);

§ 3º Cada RPS gerará uma NFS-e.

Art. 35. O prazo para a substituição do RPS por NFS-e dar-se-á em até 7 (sete) dias contados da data da prestação do serviço, não podendo ultrapassar o dia do vencimento do imposto no mês subsequente ao da sua prestação.

Seção 1

Do Envio de Lotes de Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 36. O envio de lotes do Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) será feito no portal do município ou via Web Services disponibilizados na Internet.

Art. 37. O arquivo contendo lotes de RPS estará no padrão XML (Extensible Markup Language) e o leiaute será especificado e disponibilizado pela Administração Tributária no endereço <http://www.catasaltas.mg.gov.br> e/ou por meio de Decreto.

§ 1º O arquivo a que se refere o caput do artigo conterá um ou mais RPS.

§ 2º A numeração do lote é de responsabilidade do prestador do serviço, devendo ser única e distinta para cada um dos lotes.

Art. 38. Após o envio do arquivo contendo lotes de RPS, o sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) gerará um número de protocolo e colocará o lote em fila de processamento, processando as informações em momento oportuno, e depois de processado, gerará um resultado que estará disponível ao contribuinte em consulta específica.

§ 1º Os lotes também poderão ser enviados utilizando-se o serviço de Enviar Lote de RPS Síncrono, neste caso o retorno se dará no mesmo momento.

§ 2º O resultado a que se refere o caput poderá ser uma NFS-e correspondente ou a lista de erros encontrados no lote.

§ 3º Um único erro provocará a rejeição de todo o lote. O prestador do serviço deverá providenciar a correção do lote e fazer o envio do lote do RPS novamente, aguardando um novo processamento.

Art. 39. Um RPS convertido em NFS-e não poderá ser reenviado, o reenvio será considerado informação errada e provocará a rejeição do lote, conforme §2º do artigo 38.

Seção 1

Do Cancelamento de Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 40. Um Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) poderá ser enviado com o status cancelado e gerará uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) cancelada.

§ 1º Havendo a necessidade de cancelar um RPS já convertido em NFS-e, deverá ser enviado o RPS com o status de cancelado em conformidade com o disposto no CAPÍTULO 8.

§ 2º O sistema da NFS-e cancelará automaticamente a NFS-e correspondente ao RPS cancelado.

CAPÍTULO 12

Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa (NFS-e Avulsa)

Seção 1

Dos Contribuintes

Art. 41. A NFS-e Avulsa destina-se a todos os prestadores de serviços, pessoa física ou pessoa jurídica, que não possuem inscrição municipal em Catas Altas, e que não possuem nenhum tipo de autorização

para emissão de nota fiscal de serviço neste município.

Parágrafo único. O município de Catas Altas, poderá a qualquer tempo, considerando a efetividade dos serviços executados pelos prestadores de serviços estabelecidos em seu território, que se beneficiam dos preceitos citados no caput do artigo 41, exigir, nos termos da legislação municipal, a inscrição cadastral no cadastro de contribuintes prestadores de serviços.

Seção 2

Da Solicitação de Acesso ao Sistema e Dos Documentos Necessários Para Análise

Art. 42. O acesso ao sistema NFS-e, para geração de NFS-e Avulsa, deve ser requerida mediante o preenchimento da solicitação de acesso ao sistema, disponível na internet, no endereço [HTTP://www.catasaltas.mg.gov.br](http://www.catasaltas.mg.gov.br).

Art. 43. Durante o preenchimento, deverão ser anexados os documentos citados nos incisos de I a VII do artigo 8 deste decreto.

Parágrafo único. Após registrado o pedido no sistema, a autoridade administrativa, no prazo de até 10 (dez) dias, analisará a solicitação e os documentos citados no caput do artigo 43, fazendo o deferimento ou indeferimento da solicitação, conforme o caso.

Art. 44. A solicitação prevista no artigo 42, uma vez deferida, será irretratável.

Parágrafo único. A solicitação de acesso ao sistema NFS-e, para geração de NFS-e Avulsa, é um processo único, e uma vez autorizado, o acesso ao sistema NFS-e será ilimitado, salvo nos casos onde houver situações que contrariem a legislação.

Seção 3

Do Requerimento da Nfs-e Avulsa e da Guia de Recolhimento Para Pagamento

Art. 45. O requerimento da NFS-e Avulsa, somente poderá ser feito após o deferimento da solicitação de acesso ao sistema NFS-e, citado na seção 2 deste capítulo.

Art. 46. A NFS-e Avulsa será gerada a partir do requerimento feito pelo prestador do serviço, e em cada um dos requerimentos, o prestador do serviço deverá informar os seguintes dados:

I - Data da prestação do serviço;

II - Local da prestação do serviço;

III - Exigibilidade do ISSQN;

IV - Item da lista de serviços constante na Lei Complementar Nacional 116/2003;

V - Item da lista de serviços constante na Lei Tributária Municipal;

VI - Tomador do serviço;

VII - Valor total do serviço sem nenhuma dedução;

VIII - Descrição livre;

IX - Código do item de serviço, descrição do serviço, quantidade, preço unitário do serviço sem nenhuma dedução e valor total do item sem nenhuma dedução;

X - Valores retidos na fonte relativos aos tributos federais;

XI - Valores a serem deduzidos da base de cálculo do ISSQN nos termos da Legislação Municipal;

XII - Valor dos descontos incondicionados e condicionados, quando houver.

Parágrafo único. Sem prejuízo das informações descritas nos incisos I a XII, o prestador do serviço deverá observar o seguinte:

I - Quando a exigibilidade, citado no inciso III deste artigo, for suspensão de exigência, deverá ser informado também o número do processo administrativo ou judicial;

II - Quando o tomador do serviço, citados no inciso VI deste artigo, não estiver cadastrado na base de dados do município, o prestador do serviço poderá fazer a inclusão do tomador do serviço na base de dados de NFS-e Avulsa e utilizar o cadastro sempre que necessário, podendo inclusive alterar os dados quando houver necessidade;

III - Em relação aos itens da NFS-e Avulsa, citados no inciso IX deste artigo, o prestador do serviço, poderá cadastrar os itens de serviços que lhe são pertinentes e fazer a manutenção sempre que necessário, ficando o cadastro de itens sob sua responsabilidade;

IV - Os valores retidos na fonte, citados no inciso X deste artigo, reduzirá o valor líquido da NFS-e Avulsa, é não alterará o valor da base de cálculo do ISSQN.

V - Os prestadores de serviços, citados no artigo 41, que forem optantes pelo sistema Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nacional 123/2006 atualizada e suas regulamentações, deverão observar os preceitos jurídicos no ato da determinação da alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo, para fins de cálculo do ISSQN.

Art. 47. Depois de informados os dados, citados no artigo 46, o sistema apurará o valor do ISSQN, adicionar outros valores ao valor do ISSQN, que porventura podem estar previstos na Legislação Municipal, apresentar o resumo da NFS-e Avulsa, permitir a impressão do protocolo do requerimento e gerar a guia de recolhimento com o valor total a pagar pelo prestador do serviço.

§ 1º Os prestadores de serviços, citados artigo 41, que forem optantes pelo sistema Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nacional 123/2006 atualizada e suas regulamentações, deverão observar os preceitos jurídicos no ato da determinação da alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo, para fins de cálculo do ISSQN.

§ 2º A não observação dos preceitos citados no §1º, do artigo 41, será considerado infração à Lei e será aplicado as sanções administrativas que lhe são cabíveis, conforme mencionado no Título IV desde decreto.

§ 3º O protocolo do requerimento, citado no caput deste artigo, poderá ser acompanhado em consulta específica disponível no sistema NFS-e.

Art. 48. A data de vencimento da guia de recolhimento, citada no artigo 47, se dará no dia 10(dez) do mês subsequente a data da prestação do serviço.

Art. 49. O requerimento poderá ser alterado, anulado ou cancelado.

§ 1º A alteração do requerimento somente poderá ser feita antes da emissão da guia de recolhimento.

§ 2º A anulação do requerimento somente poderá ser feita após a emissão da guia de recolhimento.

§ 3º O cancelamento do requerimento somente poderá ser feito quando a guia de recolhimento não for paga no vencimento.

Art. 50. Cada requerimento gerará uma NFS-e Avulsa.

Seção 4 Da Geração da Nfs-e Avulsa Pelo Sistema

Art. 51. A NFS-e Avulsa será gerada automaticamente, após o registro do pagamento integral da guia de recolhimento no sistema de Administração de Receitas atualmente em uso pelo município.

§ 1º A Administração Tributária, poderá, conforme o caso, autorizar a geração da NFS-e Avulsa, a partir do requerimento solicitado previamente, conforme citado na seção 3 deste capítulo, considerando a decisão definitiva em processo administrativo ou em processo judicial, os quais possibilitem a geração da NFS-e Avulsa.

§ 2º O modelo oficial do formulário da NFS-e Avulsa é aquele que é impresso pelo próprio sistema, instalado nas dependências do município de Catas Altas.

Art. 52. Quando o prestador do serviço e/ou o tomador do serviço forem estabelecidos no município de Catas Altas, a NFS-e Avulsa será enviada automaticamente para o módulo de Declaração Eletrônica do ISSQN.

Parágrafo único. No caso, citado no caput do artigo 52, o prestador do serviço e/ou o tomador do serviço deverão observar todas as regras constantes neste decreto, em relação a Declaração Eletrônica do ISSQN, que estão descritas no Título II.

Seção 5 Do Cancelamento da Nfs-e Avulsa

Art. 53. A NFS-e Avulsa poderá ser cancelada observando os termos contidos no capítulo 8 deste decreto.

Seção 6 Da Substituição da Nfs-e Avulsa

Art. 54. Não será permitida a substituição da NFS-e Avulsa.

Parágrafo único. Havendo necessidade de substituir uma NFS-e Avulsa, o contribuinte deverá cancelar a referida NFS-e Avulsa, nos termos do capítulo 8 deste decreto, e uma nova NFS-e Avulsa deverá ser emitida ou quando for possível, uma Carta de Correção Eletrônica poderá ser emitida, nos termos do capítulo 13.

CAPÍTULO 13
Da Carta de Correção (CC-e)

Seção 1
Da Emissão da Carta de Correção

Art. 55. A Carta de Correção (CC-e) destina-se a regularização de um erro gerado após a geração e emissão da NFS-e ou da NFS-e Avulsa.

§ 1º Na emissão da CC-e não poderá ser alterado:

I - A data da prestação do serviço, a base de cálculo, a alíquota, o preço, a quantidade, o valor da operação ou da prestação, o valor da dedução e do desconto, o local de incidência do ISSQN, informações estas que influenciam na apuração do valor do ISSQN devido ao município;

II - A informação relacionada com a exigibilidade do ISSQN;

III - O polo passivo da obrigação principal;

IV - Os dados cadastrais que impliquem na mudança do remetente ou do destinatário;

V - O número e a data de emissão da NFS-e ou da NFS-e Avulsa;

VI - O código do serviço previsto na Lei Complementar Nacional 116/2003 e na Legislação Tributária Municipal.

§ 2º A CC-e poderá ser emitida até 7 (sete) dias contados da data de emissão da NFS-e ou da NFS-e Avulsa.

§ 3º Após o prazo previsto no §2º deste artigo, o prestador deverá solicitar autorização para emissão da CC-e em processo administrativo, o qual passará por análise, podendo o pedido ser indeferido conforme o caso.

§ 4º Havendo a necessidade de emitir mais de uma CC-e, o prestador de serviço, deverá consolidar todas as retificações feitas anteriormente em única CC-e.

Seção 2
Do Cancelamento da Carta de Correção (cc-e)

Art. 56. A Carta de Correção (CC-e) poderá ser cancelada pelo emitente em até 7 (sete) dias contados da data da sua emissão.

Parágrafo único. Após o período citado no caput do artigo, a CC-e somente poderá ser cancelada mediante solicitação em processo administrativo, o qual será analisado e indeferido conforme o caso.

CAPÍTULO 14
Do Manifesto pelo Tomador e/ou Intermediário do Serviço

Art. 57. O tomador e/ou o intermediário do serviço poderão se manifestar acerca da NFS-e e/ou da NFS-e Avulsa recebida.

Parágrafo único. A manifestação a que se refere o caput abrangerá as seguintes situações:

- I - Ciência do serviço executado pelo prestador do serviço;
- II - Confirmação do serviço executado pelo prestador do serviço;
- III - Confirmação do serviço, porém com dados incorretos, onde serão informados quais os campos cadastrais precisam ser corrigidos;
- IV - Serviço não realizado pelo prestador do serviço;
- V - Desconhecimento do serviço.

Art. 58. A manifestação, citada no caput do artigo 58, poderá ser feita após a emissão da NFS-e ou NFS-e Avulsa.

Parágrafo único. Após 7 (sete) dias, contados da data da emissão da NFS-e, presume-se que o serviço foi executado pelo prestador do serviço nos termos ajustados entre as partes.

Art. 59. O registro da manifestação no sistema NFS-e, citado no caput do artigo 58, não interferirá no valor do ISSQN a ser pago pelo contribuinte ou responsável tributário.

§ 1º Após o registro do manifesto no sistema NFS-e, havendo necessidade em se questionar o valor do ISSQN, o contribuinte ou o responsável tributário deverá protocolar na Prefeitura, o pedido, de forma detalhada, e anexar todas as provas materiais necessárias que comprovem o pedido formulado;

§ 2º A Prefeitura analisará o pedido, citado no §2º deste artigo, podendo deferir ou indeferir, ainda que parcialmente, conforme o caso, comunicando as partes da decisão julgada administrativamente.

CAPÍTULO 15 DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Art. 60. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) referente a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) emitida, deverá ser feito exclusivamente pela guia de recolhimento gerada através do sistema de declaração eletrônica do ISSQN, na forma deste decreto, disponível na Internet, no endereço [HTTP://www.catasaltas.mg.gov.br](http://www.catasaltas.mg.gov.br).

Art. 61. O valor do ISSQN devido é definido de acordo com:

- I - §1º A exigibilidade do ISSQN;
- II - §2º O código do município da incidência do imposto;
- III - §3º A opção pelo Simples Nacional;
- IV - §4º O regime especial de tributação previsto na legislação tributária municipal;
- V - §5º A retenção na fonte;
- VI - §7º Nos casos previstos nos incisos I a V, o valor do ISSQN será sempre calculado, exceto nos casos:
 - a) quando o ISSQN for exigível e a incidência do imposto for a favor do município de Catas Altas e o

- regime especial de tributação for microempresa municipal ou estimativa ou sociedade de profissionais;
- b) quando o ISSQN for exigível e o município da incidência for diferente do município gerador do documento (tributação fora do município), neste caso a alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo deverá ser aquela constante na lei do município da incidência, devendo a alíquota ser informada pelo contribuinte;
- c) quando a exigibilidade do ISSQN for imunidade ou isenção ou exportação de serviço, nestes casos a alíquota ficará zerada;
- d) quando o ISSQN não for exigível;
- e) quando o prestador do serviço for optante pelo Simples Nacional e o ISSQN não for passivo de retenção na fonte.

CAPÍTULO 16

DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 62. As Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFS-e), geradas pelo sistema NFS-e, disponível em [HTTP://www.catasaltas.mg.gov.br](http://www.catasaltas.mg.gov.br), serão enviadas ao módulo de Declaração Eletrônica do ISS automaticamente, devendo o prestador, o tomador, o intermediário ou o responsável tributário, conforme o caso, complementar a declaração com os demais documentos emitidos e/ou recebidos, fazer o fechamento do movimento, emitir a guia de recolhimento e efetuar o pagamento do imposto nos termos da legislação.

CAPÍTULO 17

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. As notas fiscais convencionais confeccionadas e não emitidas até o deferimento da autorização para geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), deverão ser apresentadas à Administração Tributária para serem canceladas e/ou inutilizadas.

Parágrafo único. Aos contribuintes do ICMS e ISSQN fica vedado o uso de notas fiscais conjugadas a partir da data da obrigatoriedade para geração da NFS-e, previsto no artigo 10, devendo nestes casos, procederem com a emissão de dois documentos distintos.

Art. 64. O sistema NFS-e, instalado na Prefeitura de Catas Altas, prevê duas formas de segurança de acesso que podem ser individuais ou complementares.

§ 1º Acesso por meio de LOGIN e senha para acesso ao sistema NFS-e via Site.

§ 2º Acesso por certificado digital para acesso ao sistema NFS-e via Site ou WEBSERVICE.

§ 3º O certificado digital também será exigido na integração entre os sistemas instalados nas dependências do contribuinte e o WEBSERVICE e será exigido para assinatura e transmissão das mensagens.

TÍTULO II

DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DO ISSQN

Art. 65. A Declaração Eletrônica do ISSQN, destina-se à escrituração mensal de todos os serviços prestados e contratados, previstos na legislação tributária municipal.

CAPÍTULO 1

Dos Obrigados à Declaração

Art. 66. O Contribuinte, o tomador, o intermediário do serviço e o responsável tributário, ainda que não sujeitos a inscrição no cadastro de contribuintes, ainda que optante pelo Simples Nacional, previsto na lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá registrar mensalmente, todas as informações referentes aos serviços prestados e/ou contratados, de acordo com o período de competência.

§ 1º Incluem-se nesta obrigação:

I - As pessoas jurídicas de direito público, interno e externo, e de direito privado nos termos da Lei 10.406, de 2002 (Código Civil);

II - Os contribuintes, prestadores de serviços, ainda que optante pelo regime do SIMPLES NACIONAL, enquadrados na modalidade de lançamento por homologação, por estimativa, de ofício e os arbitrados em processo administrativo;

III - Os responsáveis tributários, os tomadores e os intermediários de serviços, ainda que optante pelo regime do SIMPLES NACIONAL;

IV - Os enquadrados na tabela de natureza jurídica prevista no anexo II deste decreto.

§ 2º O disposto no caput deste artigo será facultativo aos contribuintes pessoa física e ao Microempreendedor Individual.

§ 3º As hipóteses de isenções, imunidades e outros benefícios fiscais, bem como a inclusão do prestador, do tomador, do intermediário ou do responsável tributário em regime especial previsto na legislação federal, estadual ou municipal, não excluem a obrigatoriedade de preenchimento e envio da declaração prevista no caput deste artigo.

CAPÍTULO 2 DO ACESSO AO SISTEMA DE DECLARAÇÃO ELETRÔNICA

Art. 67. As pessoas citadas no capítulo 1 do título II, ainda que não sejam estabelecidas no município de Catas Altas, a partir do primeiro acesso ao sistema, conforme seção 1 do capítulo 4, já terão acesso ao módulo declaração de serviços, em conformidade com o perfil concedido pelo fisco municipal.

§ 1º O acesso aos contabilistas se dará por meio de procuração, que deverá ser concedida pelo responsável da empresa;

§ 2º Após cadastrado, a procuração gerada, será encaminhada via e-mail;

CAPÍTULO 3 DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA E DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Art. 68. A Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN e o seu pagamento, contrarrecibo, deverão ocorrer mensalmente, até o vencimento da obrigação principal, previstos na legislação tributária do município.

§ 1º O contribuinte, o tomador, o intermediário ou o responsável tributário deverão preencher e enviar a Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN individualmente por inscrição municipal.

§ 2º Os contribuintes, tomadores, intermediários e os responsáveis tributários que não executarem e/ou contratarem serviços deverão declarar não ter prestado serviço e/ou não ter tomado serviço na competência durante a entrega da declaração em campo específico disponibilizado pelo sistema.

§ 3º O vencimento do ISSQN apurado nas NFS-e Avulsas, será aquele constante no artigo 49.

Art. 69. A declaração, depois de encaminhada à Administração Tributária, poderá sofrer retificações, antes da inscrição em dívida ativa ou antes de qualquer medida fiscalizatória, relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

§ 1º As guias de recolhimentos geradas após a data do vencimento do ISSQN, mesmo as decorrentes de declaração retificadoras, terão data limite de pagamento especificado pelo próprio contribuinte e/ou responsável tributário, nestes casos serão calculados sobre o valor do ISSQN devido, atualização monetária, juros de mora e multa de mora, conforme legislação municipal.

§ 2º Estando o crédito tributário inscrito em dívida ativa ou em processo administrativo de fiscalização, a declaração não poderá ser retificada até que se conclua o processo ou até que se efetue o pagamento da obrigação principal.

§ 3º Havendo a necessidade de retificar a declaração, cujo crédito tributário esteja inscrito em dívida ativa, o contribuinte ou o Responsável Tributário deverá efetuar o pagamento do valor devido, e após o registro do pagamento no sistema de Administração de Receitas, efetuar a retificação necessária.

CAPÍTULO 4 DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 70. A Declaração é obrigação acessória composta por dados constantes na tabela de serviços bancários c/c os serviços contratados pelos clientes dessas instituições, os quais são necessários à apuração do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) das Instituições Financeiras e Assemelhadas, conforme legislação municipal.

Art. 71. Para fins de apuração do ISSQN, as Instituições Financeiras e os Assemelhados declararão à Administração Tributária, mensalmente, a base de cálculo de cada uma das contas, originadas da Prestação de Serviços, constante no Anexo I da Lei Complementar 186, de 22 de outubro de 2005, independente do grupo da conta a que pertencer, e utilizar-se-á do:

I - Plano Contábil Geral (PCG) específico da Instituição Financeira; ou

II - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

§ 1º As contas do PCG especificado no inciso I, deste artigo, deverão estar relacionadas com as contas contidas no COSIF;

§ 2º A Administração Tributária utilizará o Plano COSIF quando houver qualquer fato que impossibilite ou dificulte a apuração do ISSQN em substituição ao PCG especificado no inciso I deste artigo.

CAPÍTULO 5 DO MÓDULO DE DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DO ISSQN

Art. 72. A opção de declaração eletrônica do ISSQN, será disponibilizada no próprio sistema emissor de nota fiscal eletrônica, e conterá, dentre outras, as seguintes obrigações:

I - Declaração da receita bruta total (RBT) nos termos da Lei Complementar Nacional 123/2006 e resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN);

II - Escrituração de todos os serviços prestados e contratados pelos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários previstos na legislação municipal, ainda que optantes pelo Simples Nacional;

III - Emissão de relatório analítico e sintético para conferência das notas fiscais emitidas e recebidas escrituradas;

IV - Entrega da Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN e emissão do comprovante de entrega;

V - Emissão do comprovante de retenção na fonte do ISSQN;

VI - Emissão da guia de recolhimento do ISSQN próprio e/ou do ISSQN retido na fonte, com código de barras, utilizando o padrão FEBRABAN ou outro padrão estabelecido através de convênio de recebimento de tributos do município de Catas Altas com órgãos arrecadadores;

Parágrafo único. As guias de recolhimentos do ISSQN deverão ser geradas e obtidas pelos contribuintes e responsáveis tributários somente por meio do módulo de declaração eletrônica do ISSQN, disponível no sistema emissor de nota fiscal eletrônica do município de Catas Altas.

Art. 73. Os documentos fiscais confeccionados em formulários contínuos e emitidos pelo uso da Tecnologia da Informação, deverão ser informados e identificados na Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN pelo número de ordem do documento gerado e impresso ao invés do número do controle do formulário.

Art. 74. A comprovação da retenção na fonte, sobre as NFS-e emitidas, deverão ser feitas mediante a consulta de autenticidade da nota na seção pública do sistema ISS DIGITAL, disponível no site da Prefeitura em <http://www.catasaltas.mg.gov.br>.

Art. 75. A declaração eletrônica deverá conter:

I - Os dados cadastrais do prestador, tomador, intermediário e do responsável tributário, ainda que fornecido pelo sistema de Administração Tributária utilizado pelo município;

II - O registro dos documentos, emitidos e recebidos, independente da incidência do ISS, da quantidade de informações, serialização e situação em que encontra-se:

- a) notas fiscais de serviços;
- b) notas fiscais-fatura de serviços;
- c) cupons fiscais;
- d) plano de contas;
- e) recibos;
- f) demais documentos que possam identificar a prestação e/ou contratação do serviço;

III - A identificação do tomador, intermediário ou responsável tributário, conforme artigo 13 deste decreto;

IV - O valor total da nota fiscal;

V - O dia da emissão da nota fiscal;

VI - O registro de dedução da base de cálculo devidamente autorizadas pela legislação;

VII - O registro do subitem constante na lista de serviços;

VIII - O registro do ISS devido pelos contribuintes;

IX - O registro do ISS devido pelos responsáveis tributários, nas hipóteses previstas na legislação.

CAPÍTULO 6 DA PRIMEIRA DECLARAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS

Art. 76. A primeira declaração eletrônica do ISSQN deve ser entregue no mês de fevereiro de 2022, correspondentes aos fatos geradores ocorridos no mês de janeiro de 2022, e assim sucessivamente a partir desta data.

CAPÍTULO 7 DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA MENSAL

Art. 77. As pessoas citadas no capítulo 1 do título II, deverão entregar a Declaração Eletrônica, mensalmente, considerando o mês da execução do serviço, até o vencimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), em consonância com a legislação tributária municipal.

§ 1º A escrituração mensal da base de cálculo do ISSQN em relação as NFS-e emitidas pelos prestadores estabelecidos no município de Catas Altas, será feita de forma automática para o repositório de notas fiscais emitidas na competência, sem a necessidade de intervenção manual do contribuinte.

§ 2º Quando a nota emitida referir ao grupo 7 da lista de serviços, sendo permitida a dedução e exigível a comprovação, o prestador do serviço deverá escriturar todos os documentos que comprovam o valor deduzido da base de cálculo nos termos da lei.

§ 3º - Sendo o tomador do serviço estabelecido no mesmo município do prestador do serviço, a escrituração da base de cálculo do ISSQN, em relação as NFS-e recebidas, será feita de forma automática para o repositório de notas fiscais recebidas na competência, sem a necessidade de intervenção manual do tomador do serviço.

§ 4º O prestador do serviço e o tomador do serviço, descritos nos §§ 1º e 2º deste artigo, deverão complementar a escrituração da base de cálculo do ISSQN a partir das notas fiscais recebidas de outros municípios, ainda que o ISSQN não seja devido ao município onde estão estabelecidos.

§ 5º Quando o prestador e/ou tomador do serviço não forem estabelecidos no município Catas Altas e prestarem e/ou contratarem serviços no município de Catas Altas, ainda que o ISSQN seja devido a outro município, a base de cálculo deverá ser escriturada, por ambos, utilizando o sistema de declaração eletrônica do ISSQN disponível no site <http://www.catasaltas.mg.gov.br>.

§ 6º Sendo, o prestador do serviço ou o tomador do serviço, optante pelo regime do SIMPLES NACIONAL, nos termos da legislação que regula o tema, deverão:

I - Escriturar a receita bruta total;

II - Escriturar a base de cálculo das notas emitidas, devidas ao município Catas Altas, de acordo com os anexos, inclusive as que foram retidas na fonte.

§ 7º Após concluir a escrituração da base de cálculo do ISSQN, das notas emitidas e recebidas, ainda que o ISSQN não seja devido ao município Catas Altas, o prestador do serviço e/ou o tomador do serviço, deverão fazer a entrega da declaração, emitir todos os relatórios necessários para arquivamento, emitir a

guia de recolhimento e fazer o pagamento do ISSQN.

§ 8º Considera-se cumprida a obrigação tributária, citada no título II deste decreto, a execução na íntegra de todos os procedimentos citados, inclusive o pagamento do ISSQN através da guia de recolhimento disponibilizada pelo módulo de declaração, conforme prazos e condições determinados em legislação, podendo a Administração Tributária, quando possível, inscrever em dívida ativa e/ou instaurar processo administrativo fiscalizatório para averiguação dos registros e fatos declarados pelas pessoas citadas no capítulo 1 do título II.

CAPÍTULO 8 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 78. Havendo valores pagos indevidamente ou valores pagos a maior, relativo ao ISSQN, em competências vencidas, o contribuinte ou o responsável tributário deverá ingressar com o pedido de restituição ou compensação, via processo administrativo, nos termos da legislação tributária municipal, anexando ao pedido todos os documentos necessários que comprovem os valores pagos indevidamente ou valores pagos a maior.

Parágrafo único. A Prefeitura analisará o processo administrativo, podendo deferir ou indeferir, total ou parcial, o pedido feito pelo contribuinte ou responsável tributário.

TÍTULO III Dos Serviços Disponíveis na Internet (Web Services)

Art. 79. As funcionalidades e o funcionamento do Web Service, o método de acesso e a utilização pelos contribuintes, tomadores, intermediários ou responsáveis tributários, o uso do certificado digital, padrão ICP-Brasil, e os padrões de comunicação, layout e conteúdo do arquivo XML (Extensible Markup Language) serão disponibilizados no endereço: www.catasaltas.mg.gov.br e/ou disciplinados em regulamento próprio.

TÍTULO IV DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 80. Serão aplicadas as sanções administrativas previstas na legislação tributária municipal, aos contribuintes, aos responsáveis tributários, aos tomadores e aos intermediários de serviços, conforme o caso, que por determinação da lei:

- I - Não fizeram a emissão da Nota Fiscal de Serviço;
- II - Não fizeram a emissão do Recibo Provisório de Serviços (RPS);
- III - Não fizeram a substituição do RPS por Nota Fiscal no prazo determinado pela legislação;
- IV - Fizeram a substituição do RPS por Nota Fiscal após o prazo determinado pela legislação;
- IV - Não fizeram a correta identificação do tomador e/ou intermediário de serviços, salvo as exceções expressas neste decreto;
- V - Não fizeram a identificação dos serviços executados subitem a subitem constante na lista de serviços;
- VI - Fizeram a identificação dos serviços executados consolidando subitens de gêneros diversos em único subitem;

VII - Fizeram dedução de valores na Base de Cálculo em mais de uma Nota Fiscal enquanto deveria ter sido feita dedução somente em uma Nota Fiscal;

VIII - Fizeram o preenchimento da Declaração Eletrônica do ISSQN de forma inexata ou incompleta ou inverídica;

IX - Não fizeram a transmissão da Declaração Eletrônica nos prazos estabelecidos pela legislação;

X - Destacaram a alíquota do ISSQN de forma indevida;

XI - Deixaram de cumprir com as obrigações tributárias contidas na legislação.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81. As NFS-e e NFS-e Avulsas geradas e os demais documentos fiscais escriturados serão arquivados em meio digital, em banco de dados organizado e administrado pelo município, e estarão disponíveis para consulta aos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários, pelo período decadencial e prescricional, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional.

Art. 82. Os procedimentos para geração da NFS-e e NFS-e Avulsa e de declaração eletrônica do ISSQN, bem como o lay-out para integração do sistema de computador, instalado nas dependências do prestador, do tomador, do intermediário e do responsável tributário, com o sistema de ISSQN Eletrônico, estarão disponíveis no endereço: <http://www.catasaltas.mg.gov.br>.

Art. 83. O contribuinte, o tomador de serviços, o intermediário e o responsável tributário deverão manter em seus estabelecimentos, todos os contratos, documentos, relatórios, informações fiscais, incluindo comprovantes de dedução da base de cálculo, protocolos de entrega e retenção na fonte, guias de recolhimento, referente as NFS-e e NFS-e Avulsas geradas e das declarações eletrônicas entregues, pelo prazo decadencial e prescricional, contados da data da sua geração e transmissão, devendo ser apresentadas à Administração Tributária quando solicitado.

Art. 84. Os contribuintes, os prestadores de serviços, os tomadores e os intermediários de serviços e os responsáveis tributários, em início de atividade posterior a publicação deste decreto, deverão atender a estes preceitos imediatamente, sendo vedada a utilização de outro meio não autorizado pela Administração Tributária.

Art. 85. A Prefeitura de Catas Altas disponibilizará ambiente de testes a todos os contabilistas, prestadores, tomadores, intermediários de serviços e responsáveis tributários para que o utilizem no período de ingresso na metodologia descrita neste decreto.

§ 1º O ambiente de testes estará disponível até o dia 30 de janeiro de 2022.

§ 2º Vencido o período citado no §1º deste artigo o acesso ao ambiente de testes será revogado.

Art. 86. É de responsabilidade dos contabilistas, dos prestadores, dos responsáveis tributários e dos tomadores e intermediários a correta manutenção e conservação dos seus hardwares, software e internet, mantendo-os devidamente atualizados, protegidos contra vírus, invasões e uso por pessoas não autorizadas.

Art. 87. As informações expressas na nota fiscal de serviço eletrônica e na declaração eletrônica do ISSQN, não implica em tácita homologação, tendo em vista que tais informações e valores são de

responsabilidade do contribuinte.

Art. 88. A geração da NFS-e e a Declaração Eletrônica do ISSQN, nos termos deste decreto, importa em reconhecimento do débito pelo contribuinte e/ou responsável tributário, contendo, ambos, elementos suficientes para a fundamentação e constituição de crédito tributário pela Prefeitura de Catas Altas, nos termos da Legislação Tributária Nacional e Municipal.

Art. 89. Integram a este decreto os anexos I e II.

Art. 90. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2022.

Catas Altas, 16 de dezembro de 2021.

Saulo Morais de Castro

Prefeito de Catas Altas

ANEXO I do Decreto ____/2021

Do Modelo do Recibo Provisório de Prestação de Serviços

ANEXO II do Decreto XXX/9999

Tabela de Natureza Jurídica em conformidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil

Código	Natureza Jurídica
1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
101-5	Órgão Público do Poder Executivo Federal
102-3	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal
103-1	Órgão Público do Poder Executivo Municipal
104-0	Órgão Público do Poder Legislativo Federal
105-8	Órgão Público do Poder Legislativo Estadual ou do Distrito Federal
106-6	Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
107-4	Órgão Público do Poder Judiciário Federal
108-2	Órgão Público do Poder Judiciário Estadual
110-4	Autarquia Federal
111-2	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal
112-0	Autarquia Municipal
113-9	Fundação Federal
114-7	Fundação Estadual ou do Distrito Federal
115-5	Fundação Municipal
116-3	Órgão Público Autônomo Federal
117-1	Órgão Público Autônomo Estadual ou do Distrito Federal
118-0	Órgão Público Autônomo Municipal
119-8	Comissão Polinacional
120-1	Fundo Público

121-0	Associação Pública
2. ENTIDADES EMPRESARIAIS	
201-1	Empresa Pública
203-8	Sociedade de Economia Mista
204-6	Sociedade Anônima Aberta
205-4	Sociedade Anônima Fechada
206-2	Sociedade Empresária Limitada
Código	Natureza Jurídica
207-0	Sociedade Empresária em Nome Coletivo
208-9	Sociedade Empresária em Comandita Simples
209-7	Sociedade Empresária em Comandita por Ações
212-7	Sociedade em Conta de Participação
213-5	Empresário (Individual)
214-3	Cooperativa
215-1	Consórcio de Sociedades
216-0	Grupo de Sociedades
217-8	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira
219-4	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira
221-6	Empresa Domiciliada no Exterior
222-4	Clube/Fundo de Investimento
223-2	Sociedade Simples Pura
224-0	Sociedade Simples Limitada

225-9	Sociedade Simples em Nome Coletivo
226-7	Sociedade Simples em Comandita Simples
227-5	Empresa Binacional
228-3	Consórcio de Empregadores
229-1	Consórcio Simples
230-5	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
231-3	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)
3. ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	
303-4	Serviço Notarial e Registral (Cartório)
306-9	Fundação Privada
307-7	Serviço Social Autônomo
308-5	Condomínio Edifício
310-7	Comissão de Conciliação Prévia

311-5	Entidade de Mediação e Arbitragem
312-3	Partido Político
Código	Natureza Jurídica
313-1	Entidade Sindical
320-4	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras
321-2	Fundação ou Associação domiciliada no exterior
322-0	Organização Religiosa
323-9	Comunidade Indígena
324-7	Fundo Privado
399-9	Associação Privada
4. PESSOAS FÍSICAS	
401-4	Empresa Individual Imobiliária
408-1	Contribuinte Individual
409-0	Candidato a Cargo Político Eletivo
5. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	
501-0	Organização Internacional
502-9	Representação Diplomática Estrangeira
503-7	Outras Instituições Extraterritoriais

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 21/12/2021